



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROGRAMA**

**GARANTIA-SAFRA  
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
BRASÍLIA, 23 DE SETEMBRO DE 2011**

**ATA**

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, a partir das nove horas, foi realizada a Reunião do Comitê Gestor Nacional do Programa Garantia-Safra, ocorrida no Edifício Palácio do Desenvolvimento - MDA, localizado no SBN QD. 01 – Bloco D. Coordenada pelo Senhor Presidente do Comitê Gestor do Garantia-Safra, João Luiz Guadagnin, o qual cumprimentou a todos, agradecendo pela presença do Grupo de Trabalho composto na última reunião para discutir, especificamente, a mudança, a adequação da Lei que regula o Garantia-Safra constituído pela representação dos estados. Informou que haviam produzido um documento que foi divulgado contendo cinco propostas que foram acordadas no grupo e quatro propostas de mudanças em que há dissenso e seriam apresentadas nessa reunião para discussão. Posteriormente, apresentou quais seriam os pontos da pauta da reunião. São eles: Abertura; apresentação dos participantes; Aprovação da Ata da 14ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor; Apresentação das propostas de mudança que o grupo de trabalho elaborou; Palestra dos companheiros da CPRM; Definição da metodologia e do cronograma de reuniões dos estados; Informe sobre o processo de verificação de perdas da Safra 2010 e 2011; Encerramento. Após aprovarem a pauta, deu início a reunião solicitando que se apresentassem como em todas as outras reuniões e registrou que “esta é uma das reuniões, talvez das mais importantes que a gente já realizou no Garantia-Safra, porque nós estamos tratando do futuro do Garantia-Safra, aqui nós vamos definir como o programa se comportará possivelmente para os próximos dez, quem sabe 20 anos”. Afirmou também que “no grupo de trabalho também estava a Confederação Nacional dos Municípios e que propôs que estendêssemos, que estendamos o Garantia-Safra para todos os outros

estados brasileiros, não unicamente para os municípios do Nordeste e do Norte.”. Solicitou então que os colegas da CPRM iniciassem as apresentações, quais sejam: os senhores (as) **Manfredo Ximenes Ponte** (Superintendente Regional de Belém- CPRM); **Marco Oliveira** (Superintendente da CPRM em Manaus); **João Luiz Guadagnin** (Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do MDA); **Jadne Faustino Hermes da Silva** (Representante do Estado do Rio Grande do Norte); **Osório Jácome de Mesquita** (Representante do Estado do Rio Grande do Norte); **Matias Ribeiro Cabral** (Representante do Estado do Piauí); **Manoel José Ribeiro** (Representante do Estado do Maranhão); **José Aldo Santos** (Representante do Estado do Pernambuco); **José Arnaldo Brito** (CONTAG); **Mardônio Alves da Graça** (Coordenação Executiva da ASA de Alagoas); **Luís Carlos** (Diretor de Política Agrícola da Federação da ASA); **Nelson Martins** (Desenvolvimento Agrário do Ceará); **José Arimatéia Gonçalves** (Coordenador Estadual do Garantia-Safra no Estado do Ceará); **Jerônimo Rodrigues Souza** (Secretário Nacional da SDT/MDA); **João Cláudio de Oliveira** (CEF); **Pedro Sarmiento** (Departamento de Transferência de Tecnologia da EMBRAPA); **Ronaldo Pereira de Andrade** (Gerente-Geral da EMBRAPA); **Clóvis** (Área de Seguro Agrícola da SAF); **Sérgio Santana Meneses** (Coordenador Estadual do Garantia-Safra de Sergipe); **Sílvio Carlos do Amaral e Silva** (Assessoria Econômica do MPOG); **José Ricardo Galdino** (Secretaria de Orçamento Federal/MPOG); **Ivanilza Macedo** (Coordenação Estadual da Paraíba); **José Antônio dos Santos** (Representante do Estado de Alagoas); **Alexandre Contreras** (Coordenador Estadual da Bahia); **Antônio Chaves Nascimento** (FETRAF); **Igor da Costa Arsky** (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fomes/ MDS); **Dione Freitas** (Coordenadora do Programa Garantia-Safra); **Alvani Oliveira Domiense** (Equipe Técnica do Programa Garantia-Safra); **Marenilson Batista da Silva** (Secretário de Agropecuária e Pesca da Paraíba); **Laudemir André Muller** (Secretário Nacional de Agricultura Familiar); **Francisco Erismá** (Coordenação Geral de Crédito Rural e Normas da Secretaria de Política Econômica/MF); **Emerson Gazoli** (Ministério da Fazenda); **Mário Augusto Ribas do Nascimento** (Confederação Nacional dos Municípios); **Adauto Modesto Júnior** (Casa Civil da Presidência da República); Após as apresentações, o Sr. Presidente passou a palavra para

o Secretário Jerônimo Rodrigues de Souza que agradeceu pelo convite e destacou a importância do Garantia-Safra para o crescimento do país. Disse que há muito tempo o estado virava as costas para entender o que acontecia e as perdas que os agricultores teriam seria uma conta, um débito só do agricultor, porém hoje reconheciam que quando a safra era perdida o prejuízo não é só para o agricultor. Finalizou dizendo que gostaria de ver como poderiam colocar os territórios a serviço desse projeto. O Sr. João Luiz Guadagnin apresentou para o Sr. Laudemir o que estava acontecendo que era a 1ª reunião extraordinária em função de que foi constituído um grupo de trabalho no Comitê Gestor que produziu um documento com propostas de adequação da lei. Com a palavra, o Sr. Laudemir André Muller agradeceu pelo comprometimento de todos e demonstrou a importância do crescimento desse projeto. Afirmou que “este é um programa que ele de fato consegue chegar a um contingente enorme de agricultores familiares e ele funciona de uma forma massiva e muito barata, ele é um programa muito barato, de baixo custo para o Governo Federal e para os governos estaduais também, por quê? Porque ele funciona, que tem um município que faz, o agricultor paga uma parte, o estado paga outra parte, o Governo Federal paga a outra parte, o município que entra fazendo a vistoria, contratando lá, a gente não paga os técnicos para fazer isso”. Acrescentou dizendo que o programa já estava com quase um milhão de agricultores familiares e que precisavam trabalhar para chegar a esse número lidando com o tema da qualidade e aperfeiçoamento do programa. Falou também sobre o desafio de pensarem no instrumento que atende um público específico, no caso da SUDENE, além da região da Amazônia que precisam entender também esses outros agricultores de outras realidades. Finalizou agradecendo a participação de todos e informou que não poderia ficar na reunião, mas a reunião seria comandada pela coordenação do Sr. João Guadagnin e também da Sra. Dione Freitas. Dando continuidade, o Sr. João Luiz Guadagnin agradeceu ao Sr. Laudemir e lembrou aos Secretários Laudemir e Jerônimo que iriam programar reuniões estaduais, um por estado, e gostaria que estivessem presentes nesse calendário. Passou a palavra para os que haviam acabado de chegar para se apresentarem. O Sr. João Luiz Guadagnin iniciou a pauta da reunião sugerindo que aprovassem a ata da reunião ordinária apenas na próxima pauta tendo em vista que essa seria uma

reunião extraordinária e ata deveria ser aprovada até a próxima reunião ordinária havendo tempo então para essa aprovação. Todos concordaram. Iniciou o trabalho central da reunião que era sobre a proposta de ajustes na Lei 10.420 que institui o Garantia-Safra. Fez uma leitura rápida dos pontos, pois já tinham conhecimento. Relatou que “a primeira proposta de mudança era de que ou é que se mude a denominação de benefício Garantia-Safra para auxílio”. A alteração desse nome seria mais para que as pessoas compreendessem de que isso só se daria para aquele momento de dificuldade. Continuou dizendo: “A segunda proposta de mudança é um ponto fundamental e essencial que é mexer com o cálculo atuarial, nós já apresentamos isso para vocês, o índice de sinistralidade média do programa na história de nove anos de safra já pagas, é de 60%, sendo que na safra passada foi de 91% e o fundo atual está previsto para ter uma sinistralidade de 30%. Então, a proposta do grupo é que se altere para 60”. Demonstrou a forma que se daria essa alteração do cálculo. A outra proposta seria: “A terceira proposta de mudança é o bloqueio de pagamento do auxílio nos casos em que se comprovar que o agricultor não respeitou as normas ambientais”. Disse também que isso não existia no programa. E, “o último ponto que em tese o grupo de trabalho consensuou, é a alteração da área total plantada, dos aderidos ao programa, que hoje está no máximo de dez hectares para que o programa tenha mais foco, especialmente nos agricultores de menor renda, reduzir a área pela metade”. Explicou que aqueles que plantam uma área acima de dois ou três hectares têm vantagens em aderir o Seguro da Agricultura Familiar e não ao Garantia-Safra. Apresentou os pontos que havia várias opiniões tanto contra como a favor que seria uma delas, a extensão do programa para todos os estados, municípios e agricultores que preencham os critérios de enquadramento. Alegou que “não só para a Região Nordeste, não só para o bioma do Amazônia, não só para a Região Norte, mas para todos os estados em que o governador e todos os municípios em que o Prefeito e, lógico, os agricultores quiser se aderir, desde que preencham aquela condição de até um salário mínimo, até cinco hectares de área plantada, que cultiva determinadas ações, para Região Norte é uma situação diferenciada, nós abrimos um espaço para que depois os colegas da CPRM farão uma explicação, como é que vai ser para a Região Norte, mas enfim, o programa se tornaria universal”. Deu um

exemplo do acontecido no Rio Grande do Sul. Afirmou que os critérios atuais de participação dos agricultores no programa seriam mantidos: “conforme definido na Lei 11.326, que é a Lei da Agricultura Familiar, que tem renda bruta mensal familiar de até 1,5 salários mínimo e que cultivam feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão em no mínimo 6.000 m<sup>2</sup>, até cinco hectares, que não tenha cobertura do Seguro da Agricultura Familiar ou outra forma de seguro e estão situados em um estado e município que aderiu ao Fundo Garantia-Safra”. Apresentou os argumentos contrários relatando: “que o melhor é a criação de um novo fundo específico para a Região Norte e para as demais regiões e que este Fundo Garanti-Safra, no modelo atual, permaneceria exclusivamente para a Região Nordeste. O segundo ponto em que não houve acordo, com unanimidade no grupo, é quanto à captação e recursos para o fundo de outras fontes, como por exemplo, o fundo de desertificação e parte da taxa de uso de água ou parte das multas ambientais”. Havia sugerido também que ampliassem as fontes de capacitação para o Fundo Garantia-Safra utilizando outras possibilidades. Alegou que no sentido de ampliar as fontes de recursos, também houve argumentos contrários dizendo que não seria possível criar taxas ou outras fontes de recurso se não mudassem a Lei. Outra proposta que também não tinha acordo era a base em ampliação do valor máximo do benefício que hoje o valor é de R\$ 700,00 por agricultor. Explicou o critério que era seguido pelo Comitê Gestor para efetuarem esse pagamento. Afirmou que existiam três propostas, em discussão, nesse sentido que era “uma que propõe a elevação de R\$ 700,00 para R\$1.000,00 reais, outra para R\$2.000,00 reais e outra para R\$2.500,00 reais. Claro que a proposta mais restritiva de elevação só de 700 para 1.000, tem um sério inconveniente, daqui a pouco, daqui a alguns anos, poucos anos nós voltaremos a ter que mexer na lei, porque a continuar essa metodologia de correção do benefício”. Complementou dizendo “ A elevação de um teto maior dá condições para que a lei não necessite de alteração por um período de cerca de 15 anos, ou seja, se nós elevarmos para 2.500”. Falou que o último ponto que não estavam acordados era a definição de critérios para que o auxílio seja proporcional à área plantada e detalhou os argumentos contra e a favor. Passou a palavra aos membros do grupo de trabalho iniciando pelo Sr. José Aldo Santos onde fez um comentário sobre a proposição de rodadas nos estados. Expôs sobre um ciclo de capacitação do

Garantia-Safra que estava ocorrendo em Pernambuco com a participação de mais de quinhentas pessoas. Disse que havia colocado nessa capacitação uma questão simples consensual do grupo: “alteração da denominação de benefício, seguro para auxílio e mesmo sendo consenso do grupo, a expressão auxílio, mas essa foi uma reação muito forte de todo mundo, de que auxílio significava algo muito atrasado e uma coisa de muita dependência, de que o benefício, mesmo o nome benefício, ainda é melhor do que a expressão auxílio”. Afirmou que isso havia chamado sua atenção e por isso trouxe para o Comitê Gestor. Pediu que tivessem muita clareza no Comitê sobre o debate que seria feito nos estados para não abrir uma frente de diálogo de forma mais complexa da Lei do que estava sendo imaginado. O Sr. Francisco Erismá solicitou a palavra para expôr algumas observações. Detalhou sobre o item quatro das propostas, pois “entende que seria muito importante, ou seja, ao invés de dar esse estímulo para esses estados aqui, talvez fosse o caso de dar um desestímulo para os estados ou para os municípios em que houve uma sinistralidade muito grande”, com isso “teria que avaliar um pouco melhor essa questão e de discutir um pouco melhor que tipo de ações que a gente poderia ter para esses municípios, que se está tendo essa perda nesse limite”. Alegou que não via problema na forma que estava colocado no item só precisava definir um pouco mais o escopo e achava que precisavam pensar também no inverso. Outro assunto que ele gostaria de destacar, que não estava no consenso, era com relação à objetividade da proposta que iriam colocar na Lei e a alteração para incluir a Região Norte. Solicitou também que adicionassem uma sugestão na proposta número 03 que seria de R\$ 800,00 reais. O Sr. João Luiz Guadagnin pontuou algumas coisas faladas pelo Sr. Mazinho: “Primeiro quando ele fala sobre aproveitamento político, aproveitamento político se da em todos os níveis, da Presidenta ao Vereador, por quê? Porque são políticas públicas e os políticos representam a população.” Afirmou que “toda vez que há envolvimento político é no sentido de aperfeiçoar a política, nós vivemos em um regime democrático em que a representação se da através destes, não é? Então, eu não vejo como problema, o que é preciso ver se há politicagem, mau uso da política”. Falou francamente com o Sr. Mazinho sobre sua colocação com relação aos valores e pediu que pensassem um pouco quando fossem falar sobre o programa. Complementou dizendo: “elevar para 2.500 não

significa abrir a porteira, significa apenas que, este amarramento, esta coisa que a lei nos amarra, dá espaço, como eu falei antes, por um período largo para que a gente possa trabalhar. Então, não vai ser uma porteira, não vamos chegar em 2.500 em dois anos, não existe essa possibilidade e tem mais, a principal mudança em que ha consenso, é quanto à elevação do índice de sinistralidade, hoje 90% dos gastos feitos até agora, quem bancou foi o Governo Federal. O que nós estamos propondo é que a participação do Governo Federal e reduza pela metade”. O Sr. Francisco Eurismá retrucou “lamento que essa sua dureza seja desproporcional ao que está sendo colocado. Eu acho que você está exagerando nessa colocação sua, o Ministério da Fazenda sempre se preocupou com isso, sempre participou e participou ativamente desses grupos. Então, nós não estamos aqui discutindo se o pobre não tem direito ou se tem direito, claro que □ nós sabemos que ele tem direito.” Acrescentou que “ Ministério da Fazenda tem todo direito de, enquanto participar do grupo ou enquanto ser órgão de governo, de dar o posicionamento e dar a interpretação dele, quer dizer, eu não preciso ser ofendido na mesa para que tenha participação de todo mundo, a questão de ser duro, □ nós temos que ser duro sim, nas colocações, □ nós temos que ser duros nas nossas intenções, nos nossos objetivos. Agora, com relação ao programa, o aumento do custo, não □ está aqui especificado, a participação do produtor vai ter um aumento daqui quatro anos ainda, nós vamos ter que fazer isso daqui ainda quatro anos, estamos passando ainda em uma situação complicada.” O Sr. João Luiz Guadagnin acrescentou que apresentaram por várias vezes números nesse Comitê e por isso tinham números de sobra. Exemplificou com o caso que aconteceu no Rio Grande do Sul que o Ministério da Fazenda foi contra a doação de trigo para as pessoas atingidas pela seca. “ Então, o Garantia-Safra ao contrário do que pensa os companheiros da Fazenda, ele acabou com a politicagem, em grande parte, porque o estado tem que aderir, tem que aderir pagando, o município tem que aderir pagando e o agricultor também”. Solicitou para o Sr. Mazinho e para o Sr. Emerson que marcassem uma tarde para sentarem com toda a equipe deles para apresentarem os argumentos com mais calma. O Sr. Sílvio Carlos do Amaral e Silva contribuiu dizendo que defendia o Sr. Mazinho por se preocupar com o orçamento e o Sr. José Luiz Guadagnin por defender o programa veemente. E

disse também sobre o orçamento da União que está pouco e por isso à preocupação em aumentar os números. Finalizou dizendo “eu acho que as ideias são muito boas, tem muita coisa para avançar aí, mas a agente primeiro teria que amadurecer essa ideia financeira”. O Sr. José Ricardo Galdino complementou informando que provavelmente essa proposta de alteração da Lei iria passar pelo SOF e um dos questionamentos seria “o impacto para os próximos três, quatro, cinco anos, porque a gente sempre trabalha com essa perspectiva e todas essas mudanças que se propõe, inclusive semana passada tinha uma reunião sobre o seguro rural, é que ao Governo sinalizar que pode aumentar, a pressão para aumento é muito grande, certo? Então, eu acho que nesse conjunto aqui, de se decidir para qual valor vai, caberia uma reunião, como o Sílvio falou, específica para tratar isso, que traríamos os ministérios envolvidos, entendeu? Porque infelizmente a SOF ela lida com a expressão de todos os ministérios”. O Sr. José Arnaldo Brito somou à fala do Sr. João falando que além de tratarem de números eles também tratam de pessoas. Também deu sua opinião sobre o valor do teto de R\$700,00 com base na proposta da CONTAG de R\$ 2.500,00. Concluiu dizendo “mas eu acho que a gente tem que se deter mais as mudanças, João, que é, acho que é muito importante a gente dizer que esse fórum aqui é deliberativo e todas as decisões tomadas aqui, foram por justa causa e de certa forma, com a responsabilidade de todos que participam”. O Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento expôs a posição da Confederação Nacional de Municípios. Primeiramente parabenizou pelo programa por achar muito importante, um programa que descentraliza rapidamente os recursos. Achava importante a ampliação do Garantia-Safra para todo o Brasil, não só pelo Nordeste. Afirmou que: “Cada estado tem a sua participação, cada município vai ter o seu interesse em participar, a adesão é voluntária e a CNM se coloca a disposição inclusive, para ajudar na capacitação, nos treinamentos, nos encontros que vai acontecer em cada estado agora, na mobilização dos municípios, das federações estaduais dos municípios, as situações dos municípios de participar e de atender, então, aquilo que o programa exige.” Finalizou sua apresentação informando que concordava com o Sr. José Arnaldo Brito com relação à questão dos recursos, dos valores. O Sr. João Luiz Guadagnin pediu à palavra para registrar a presença do Sr. Adalto e da Sra. Socorro solicitando-os que

quando fossem falar se apresentassem. O Sr. Adalto Modesto Júnior agradeceu pelo convite para acompanhar esse grupo e disse: “em primeiro lugar eu queria cumprimentar com bastante ênfase os integrantes desse grupo de trabalho, porque o que foi apresentado hoje é justamente o que se espera de um GT, ou seja, que faça uma discussão madura sobre os temas relevantes sobre um determinado assunto e apresente as propostas, as justificativas, os argumentos contrários e a favor, em cada uma dessas propostas e submetam as instâncias superiores cabíveis, um debate qualificado e com embasamento a partir da avaliação aprofundada que foi feita”. E citou a fala da Presidente Dilma na Conferência das Nações Unidas com relação a situação econômica do Mundo. Acreditava que não era o ponto central da discussão o debate sobre recursos orçamentários por achar que deveria haver um amadurecimento técnico para concluir esses valores. Além disso, destacou o que foi levantado pelo Sr. José Aldo sobre a necessidade de se estruturar o debate nos estados para que ele seja útil. O Sr. João Luiz Guadagnin solicitou que o Sr. Sílvio Galdino, o Sr. Mazinho e o Sr. Emerson marcassem uma reunião para apresentarem os números, argumentos e as razões para visualizarem a necessidade do aumento desses recursos. Se vai ser extensão para todo o Brasil ou só para a Região Norte. Passou a palavra para o Sr. Luís Carlos que se referiu aos pontos em dissenso e ao que estava sendo discutido. Iniciou falando sobre a extensão do programa e uma breve explicação sobre como surgiu o programa e porquê surgiu no Nordeste. Disse que precisavam ouvir das pessoas que precisam nas regiões para posteriormente ser colocado lá na região. Com relação ao segundo item que seria as fontes de captação de recurso apenas falou: “Eu vejo que isso aqui compete ao Governo, não vou debater, porque aí o Governo, onde ele vai arrecadar, se é de quais impostos, de quais fontes, aí o Governo tem autonomia para deliberar sobre isso e a gente, o que a gente quer é que as condições sejam asseguradas”. Corroborou com o que já foi falado no debate sobre os valores. Sobre o ponto quatro apontou que “O ponto quatro, ponto quatro, que trata das formas, definições dos critérios, que também não está em dissenso, há uma necessidade de a gente ampliar outras políticas que existem no país, que é a história da assistência técnica para poder dar conta e a gente tem lutado, o movimento sindical, os movimentos sociais lutam para que a assistência técnica exista a

universalização dela e no Estado do Ceará, estado do nosso secretário, a gente tem caminhado bastante para isso. Então, assim, essa, a gente percebe que colocar uma forma padrão como está hoje, não é justo realmente para as áreas”. O Sr. Antônio Chaves Nascimento colocou que “queria basicamente me somar, reforçar as ideias aqui colocadas pelos companheiros da CONTAG e da FETRAECE em relação ao que se refere aos cuidados que deve ter quando se trabalha a ideia de mudança ou de transformação de determinados pontos em programas ou em projetos que estão dando certo, quando □ está dando errado você tem que correr com a mudança, quando está dando certo você tem que ser criterioso para não provoca um desequilíbrio no processo”. Finalizou dizendo que a FETRAF apoiava as ideias colocadas pelos companheiros da CONTAG e da FETRAECE e disse que deveriam discutir como iriam fazer da melhor maneira possível. O Sr. Igor da Costa Arsky expôs um pouco do que foi refletido na Secretaria em relação ao item um da expansão dizendo que “o ponto em questão, a ampliação, é uma ampliação legítima, tem legitimidade, que tem , vamos dizer assim, tem força e eu acho que esse é o ponto de consciência que a gente deve adotar. Entendo talvez que, tem aqui a proposta, não, tem que criar outro fundo, mas tem essa discussão de criar outro fundo? Nós estamos comparando com alguma coisa que tenha alguma construção ou nós estamos colocando uma ideia que talvez não tenha, vamos dizer assim, uma construção frente à necessidade que existe, que é o que eu estou tentando relatar”. O Sr. Nelson Martins parabenizou o programa por achá-lo muito democrático e fez uma observação “Eu acho que o item quatro é muito bom, quer dizer, quem adotar práticas conservacionistas de convivência com o semiárido, deve ter algum tipo de benefício, redução do valor ou ampliação do número, isso aqui é fundamental. Agora, esse item três, eu acho que a gente tinha que avaliar com mais profundidade, porque nós não podemos de uma hora para outra já estabelecer essa mudança, porque é muito comum que os agricultores, por exemplo, do Nordeste, pratiquem algumas ações que são danosas ao meio ambiente, isso não se vai mudar de uma hora para a outra, portanto não pode ser de imediato, tem que fazer um trabalho de conscientização”. Partiu do princípio que deveriam trabalhar para universalizar as políticas públicas com relação aos itens não consensuais. Disse também “Acho que esse item dois, que foi colocado aqui como não consensual, eu acho

que é muito complicado nesse momento se tratar ou de criação de nova fonte de imposto ou de taxa, como também transferir fundos da parte da desertificação, também não tem sentido, os recursos que tem lá já são insuficientes para isso”. Destacou que sentia a necessidade de aprofundar melhor de como se daria o processo de acompanhamento dessa questão apontada no item quatro. Ponderou sobre o tema do valor do teto: “A gente aumentando o valor do teto não quer dizer que vai aumentar o valo do Garantia-Safra, não tem nada haver uma coisa com a outra, eu posso botar um teto de 2.000, 3.000 ou mais, mas o critério que nós temos adotado aqui tem sido o critério lógico de corrigir pela inflação. Então, o fato de ter um teto mais alto, significa que nós não vamos precisar ficar mexendo na lei em um tempo menor, isso não vai alterar o valor do Garantia Safra”. O Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento completou sobre a questão da ampliação para todo o Brasil. O Sr. João Luiz Guadagnin agradeceu pelas contribuições e achou que houve um grande avanço nesse debate, seguramente as discussões nos estados também foram enriquecidas com essa discussão, porque tudo seria levado para lá. Citou que teriam um momento muito importante que seria ouvir a CPRM, porque eles iriam explicar sobre uma proposta específica da Região Norte de intervenção do Garantia-Safra. O Sr. José Aldo Santos pediu esclarecimentos sobre o andamento da reunião e aprovação da ata da reunião anterior e o Sr. João Luiz Guadagnin respondeu falando que foi aprovado que se alguém tivesse alguma contribuição a dar sobre a ata poderiam dar e na próxima reunião aprovariam a mesma para ganharem tempo. Afirmou que precisava que todos estivessem presentes e “Como os companheiros do Governo Federal, além de uma conversa particular com o Ministério do Planejamento, SOF, Galdino, Sílvio e outra, que eu converso com o Ministério da Fazenda, toda equipe do Mazinho lá, se eventualmente a Casa Civil quiser participar e o Igor, o pessoal do MDS, podemos combinar também, mas independente disso, reuniões setoriais separadas com cada ministério e depois um reunião nossa, aqui, antes da nossa ida para os estados”. O Sr. José Aldo Santos convidou a todos para fazerem uma imersão na Região Amazônica e explicou sobre esse território. Fez uma apresentação sobre o estado dizendo que o público alvo do Garantia-Safra seria a Amazônia. Exibiu a missão do Serviço Geológico do Brasil “Trabalhamos com duas ações, uma com recursos

minerais e a outra com os recursos hídricos, principalmente os levantamentos hidrológicos em parceria com a Agência Nacional das águas”. Explicou sobre toda a área da Amazônia e suas características. Falou sobre a época de cheias na cidade que seria a época de chuva. Apresentou a probabilidade de chover muito na região e utilizou datas de referência 31 de março, 30 de abril e 31 de maio para uma alerta de cheias. Deu o exemplo do ano de 2009 e os anos que aconteceram as grandes cheias em Manaus. Afirmou que a ideia para o Garantia-Safra seria de criar uma estação em cada município para fazerem o monitoramento diário, delimitar as áreas de várzea. Disse: “qual é o trabalho do Serviço Geológico do Brasil, em parceria com a Agência Nacional das Águas? Nós emitiríamos uma nota técnica ao Ministério, alertando o que? Que ali vai ocorrer uma situação de cheia grande ou, então, que a estação já atingiu uma cota de emergência, deflagrado isso, o Ministério pode disparar o gatilho para pagar, então, o Garantia Amazônia para aquela população que vai sofrer”. E, o trabalho maior seria as equipes que iriam para campo aferir qual foi a profundidade do dano. O Sr. Manfredo Ximenes Ponte falou sobre o adensamento da rede que era única feita conjuntamente as duas unidades da Amazônia. Contribuiu alegando que “A questão operacional na Amazônia ela pode ser resolvida, não é? Com movimento social e com as municipalidades”. Afirmou que as populações amazônicas são rarefeitas, pois não vivem apenas de uma atividade agrícola. Disse “Eu sei que nós temos muitos poucos Amazônidas no Governo e a gente precisa ir chamar essas instituições, em trabalho com a sociologia, com a antropologia na região para a gente, além da gente ser geólogo, hidrólogo, hidrogeólogo, etc, essas outras compreensões a gente tem que ter, porque senão a gente dar com os burros n’água, não é? Como diz vulgarmente”. O Sr. João Luiz Guadagnin questionou sobre qual o tempo que ocorrem essas situações extremas de cheias na Região Amazônica. O Sr. Marcos Oliveira afirmou que essas cheias são eventos que ocorrem a cada dez anos e a vazante também está se repetindo nesses intervalos de dez anos, porém aconteceu em 2009 um caso de ter uma cheia e no ano seguinte uma vazante, com isso, pode-se entender que essa frequência de eventos extremos poderia se tornar mais comum diminuindo o prazo para cinco ou sete anos. O Sr. João Luiz Guadagnin confirmou que os ribeirinhos ou os agricultores que seriam beneficiados por terem problemas com o rio. O Sr.

Alexandre Contreras disse que “os ribeirinhos, na verdade eles têm características, eles plantam e eles pescam, na maioria dos casos. Como é que o Seguro-Defeso, para essas pessoas, como é que funciona? Porque o Garantia-Safra ele não pode cobrir a perda de produção agrícola, como também ele não pode cobrir o mesmo recurso federal, um agricultor que tenha direito ao Seguro-Defeso”, com isso, questionou como estava sendo pensado isso. O Sr. João Luiz Guadagnin respondeu que quem teria o Seguro-Defeso não teria o Garantia-Safra é uma vedação do programa. O Sr. José Ricardo Galdino expôs uma curiosidade sobre a sinistralidade de interesse do ribeirinho. Já o Sr. Sílvio Carlos do Amaral e Silva perguntou como seria resolvido o problema do acesso em algumas comunidades, como o auxílio chegaria nesses locais. O Sr. Marcos Oliveira afirmou que seria pela rede bancária, agência do Correio que estão dispersas em todas as cidades. O Sr. José Arnaldo Brito parabenizou os companheiros pela apresentação e deixou claro que não era contra a ampliação do programa e disse “agora, criar esse programa aqui, nós, sem que a região se manifeste, analise esse programa, fale de fato qual é o programa que realmente atende as suas necessidades, a gente está correndo um sério risco, isso é uma impressão nossa, eu acho que essa demanda, no que se diz respeito ao programa que atende as suas necessidades, tem que vir da região, eu acho que tem que ser uma discussão massiva, com o Poder Público, com a Sociedade Civil Organizada, com o entes federativos”. Achava mais coerente fazer reuniões na localidade para avaliarem se o programa atende as suas necessidades. O Sr. Marco Oliveira fez um comentário sobre a fala do Sr. supracitado dizendo que concordava com o que ele havia dito. O Sr. João Luiz Guadagnin disse que “primeiro, nós estamos discutindo o Garantia-Safra para o Brasil, como uma política estruturante para situações emergenciais, de excesso de chuva ou de seca. Então, se adéqua a Região Norte. Nós já mandamos, vocês já conhecem, uma proposta de estruturação para a Região Norte, todos vocês já receberam, que pode ser aperfeiçoada pelos que estão aqui e a nossa proposta, no momento em que sentirmos apoio aqui do Comitê, é discutirmos com os estados. O que nós não fizemos ainda como o MDA, como a coordenação do programa, é avançarmos na discussão, além da CPRM, de algumas entidades que a gente convidou aqui, em março foi que a gente fez a discussão, porque nós precisamos de um

mínimo de legitimação que vocês vão nos dar, eu acho que a proposta do Arnaldo é uma legitimação que ele está nos dando. Nós iremos para os estados discutir”. Finalizou dizendo que o que queriam era abrir espaço e não obter uma rápida quantidade de adesões. Deu o exemplo que no Nordeste existem 70% dos aderidos ao longo de 11 anos do programa. O Sr. José Aldo Santos apresentou que “eu acho que nós todos aqui não temos nenhuma dúvida, que queremos que cada vez mais que as políticas estruturantes sejam universalizadas, eu acho que não está em questão isto”. Deu também o exemplo do Programa Brasil Sem Miséria. Chamou atenção dizendo que “eu acho que tem outros aspectos que estão levantados aqui na reformulação, que precisa ficar como normativa para o Comitê, que talvez não caiba na lei, para a gente não engessar depois e não termos que estar aqui a cada três, quatro anos fazendo a mudança da lei”. O Sr. Emerson Gazoli reproduziu uma questão levantada no grupo de trabalho do item três que seria sobre a qualificação do público alvo. “ Eu acredito que vá um pouco aqui na direção da CONTAG, do que o Aldo acabou de dizer, que é a definição dos critérios para universalização aí do programa. Para mim o público alvo do programa é bem claro, está colocado no § 2º da Lei, que são agricultores familiares de municípios atingidos por perda e me parece, não sei qual o objetivo dessa qualificação, como ribeirinho e comunidades tradicionais, mas me parece uma qualificação desnecessária e que não sei se cabe no programa essa qualificação, o público alvo do programa é muito claro, são populações atingidas”. A Sra. Dione Freitas afirmou que inicialmente seria para agricultores familiares, porém esses ribeirinhos estaria se referindo a sua localização de moradia. O Sr. Manfredo Ximenes Ponte falou sobre o cidadão que se localizava no assentamento próximo ao Rio Amazonas, na área de Cerqueira. O Sr. João Luiz Guadagnin iniciou as propostas para encaminhamento. Entendeu que deveriam discutir com os Estados da Região Norte a política de intervenção para apoio a essas populações. “Abrir a possibilidade para que a Região Norte e outras regiões participem do programa, claro que isso ainda nós vamos ter uma larga discussão, mas vamos mexer na lei, no sentido de que isso seja viabilizado. O que vai se discutir e a forma de abertura da lei, permitindo que o Comitê Gestor, por exemplo, adéque as realidades, especialmente das populações diferenciadas da Região Norte, como falou a

pouco os companheiros do Serviço Geológico, nós precisamos dar abertura, mas fazer com que as adequações necessárias sejam infra-legais, nós aqui é que faremos isso, está certo? Eu acho que isso fica aprovado entre nós”.

Apresentou que um primeiro compromisso já teria que era fazer a discussão na região. Destacou o outro ponto da pauta também importante que era a definição da metodologia e do cronograma das reuniões nos comitês estaduais. “Há duas propostas, uma que a CONTAG elaborou, muito bem elaborada, extensa, completa e uma mais simplificada que □ nós fizemos, que está aí impressa, eu acho que todos receberam em papel, não é? Ah, está aqui? Vamos distribuir, então. A primeira consideração que já está vencida, mas que tem que ficar claro para todos, é que incube as coordenações estaduais, eventualmente com as delegacias do MDA, organizar as reuniões dos estados. Então, os senhores representantes dos estados que estão aqui, ficam responsabilizados já, para o local, os convites”. Falou que a segunda decisão já estava dada também que era que os participantes do Comitê Gestor Estadual obrigatoriamente tem que estar na reunião. Outra coisa seria várias discussões nos estados para aprofundar o debate das mudanças em cima dos documentos produzidos pelo grupo de trabalho. Complementou: “A outra consideração importante. Nós vamos para os estados para colher sugestões, opiniões e tal, nós, nem o Comitê Gestor tem o poder de decisão, nós somos propositivos, nós não somos determinantes no processo, todas as contribuições e, o Comitê Gestor vai aprová-las, vai encaminhar, vai definir isso lá no final de outubro, novembro serão encaminhadas aos ministérios que tenham o poder de estabelecer mudanças de ações, de políticas no Governo Federal”. Questionou se todos os presentes concordavam com a sua fala sobre as decisões que foram tomadas. Passou a palavra para o Sr. José Arnaldo que apresentou sua proposta no que dizia respeito a tratarem da reformulação do programa dizendo que “a proposta da CONTAG, é que, nós viemos ter uma discussão de no mínimo dois dias, conforme está aí, inclusive terminando meio dia, 1h da tarde. Onde a gente tenha uma maior representatividade, principalmente dos territórios, que aí não está sendo colocado, nós precisamos trazer pessoas que estão discutindo as políticas dos territórios que venham fazer parte desse grupo”. O Sr. Adalto Modesto Júnior pediu licença, pois precisava se ausentar. O Sr. João Luiz Guadagnin solicitou que ele participasse das reuniões

estaduais por achar essencial a presença da Casa Civil. Deu continuidade dizendo que a proposta que foi feita é muito parecida com a apresentada pela CONTAG, porém com alguns acréscimos: “Primeiro. Desde há muito nós estamos dizendo que o debate tem que ser prévio, por exemplo, nos territórios, nos municípios, que os movimentos sociais precisam fazer isso e não seria em uma reunião de um dia ou de dois dias que nós reuniríamos esse universo para fazermos o debate. Então, o debate começa no município, na verdade, as propostas que estão aí tem que ser socializadas”. Propôs que a reunião se iniciasse às 08h30 da manhã. Insistia que o debate tem que ser antes da reunião e que a reunião estadual é para um dia começando às 8h30 e terminando às 17h com o foco na mudança. “nós não vamos debater a operacionalização, não vamos debater os problemas passados, presentes e futuros... Futuros talvez, porque a gente está tratando do futuro da lei, mas é a mudança da lei, acima daqueles pontos que foram reunidos pelo Comitê Gestor, nós temos nove itens sugeridos de mudança e são sobre eles que nós vamos nos debater. A proposta que se faça um pequeno resumo de como é que está vindo o Garantia-Safra até agora, no Brasil e no estado, isso nós apresentaríamos junto com a Coordenação Estadual e que a partir desses números, desses dados, se faça a apresentação das propostas de mudança”. Teriam também vários grupos de trabalho compostos entre seis a dez participantes que apresentariam as suas contribuições. “Quero salientar que a representação que vai lá, da Casa Civil, do MDS, da Fazenda do Planejamento, do MDA, eventualmente da Integração Nacional, enfim, os representantes que não são do Conselho Estadual serão ouvintes, no máximo □ nós vamos prestar esclarecimentos, porque o trabalho mesmo, o produto, quem vai produzir é o Conselho Estadual e por isso a Coordenação Estadual tem a maior responsabilidade na elaboração disso”. O documento final teria o mesmo formato com contribuições em que houve consenso e as que tinham diferenças para serem apresentadas para o Conselho Nacional. O Sr. Marenilson indagou sobre quem da Coordenação Nacional representando o MDA estaria nos estados para as discussões e como essas propostas que surgiram seriam inseridas dentro dessa construção estadual e nacional. O Sr. João Luiz Guadagnin respondeu que, inicialmente, não haveria participação de ninguém do MDA, pois entendia que a construção da política tem que ser de

todos os que participavam e o município e o estado são participantes. Disse também que “nós não queremos aqui, por exemplo, é uma proposta que a CONTAG fez, discutirmos a integração o Garantia-Safra com outras políticas, isso é o processo de operacionalização e tal, não precisa necessariamente estar na lei, aliás, não está na lei. Então, o nosso foco é um só, é a mudança da lei”. Acrescentou que não acreditava que iriam surgir uma infinidade de propostas, mas se forem coerentes vai ser importante. O Sr. Matias Ribeiro Cabral expôs seu questionamento sobre como fariam para que realmente essa discussão passasse pelos municípios. Sua preocupação era “nós não queremos aqui, por exemplo, é uma proposta que a CONTAG fez, discutirmos a integração o Garantia-Safra com outras políticas, isso é o processo de operacionalização e tal, não precisa necessariamente estar na lei, aliás, não está na lei. Então, o nosso foco é um só, é a mudança da lei”. O Sr. João Luiz Guadagnin informou para o Sr. Matias que o Comitê Gestor já estava debatendo sobre isso e lembrava que os Municípios se reuniam todo mês na sede da Capital. O Sr. José Aldo Santos fez duas ressalvas: “primeiro só para gente ter o termômetro de que foi muito acertado trazer do grupo de trabalho para o Comitê Gestor. Aí eu queria fazer ressalva em dois aspectos. Primeiro porque só aqui, em um fórum menor, □ nós estamos percebendo a necessidade do debate sobre a mudança da lei do Garantia-Safra. Sobre o que é necessário debater sobre a mudança. E eu acho que a gente está tratando de duas coisas, □ nós estamos tratando aqui no comitê e assim foi criado o grupo de trabalho, para fazer ajuste na lei e me parece que lá nos municípios, lá nos territórios, lá nos estados, estão se querendo fazer mudanças na lei. Se é assim, a gente tem que ver qual é o melhor método, primeiro, para não parecer que o Comitê Gestor está levando as propostas para que o estado apenas referende, como tu disse, discutiu, elaborou. Eu estou falando dos cuidados João. Os cuidados. Os cuidados, não estou dizendo que é isto, estou dizendo os cuidados que □ nós temos que ter”. E disse também “Eu tenho uma preocupação de que o tempo ele é curto para a gente fazer o debate, pela rodada que □ nós fizemos agora, das capacitações”. Afirmou também que “com essa minha fala eu não estou dizendo, não devemos fazer nada, mas a gente tem que ter a clareza de que o Comitê Gestor do Garantia-Safra está tendo a responsabilidade e tem que deixar bastante claro no começo do debate, tem

que ser sempre transparente com as pessoas, de que temos limite para essas mudanças”. O Sr. João Luiz Guadagnin falou que qualquer processo de mudança tem ganhos e perdas, existem os limites que podem chegar. O Sr. Luís Carlos expôs que “É a minha avaliação, que a gente pode ampliar mais esse debate, que a gente pode aproveitar mais esse espaço e fazer sim, uma conversa sobre o programa, por que não? Uma vez que mesmo estando dadas as condições aqui colocadas, que as coisas não são fáceis, isso a gente escutou sempre e vai continuar escutando e que as coisas não são fáceis e que pode não passar para, além disso. Mas antecede o debate de, digamos assim, aprofundar sobre a realidade do programa, antecede a isso, antecede a essas condições de mudanças, que as pessoas fiquem conhecendo, que é ter um espaço mais rico, tanto de como o programa funciona, suas principais falhas, suas principais dificuldades, nada impede, se a gente está propondo, o que a gente está propondo de mudanças aqui e sabe também as condições dessas mudanças, nada impede de fazer um aprofundamento nos estados e aí de uma forma mais ampliada”. O Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento falou sobre os eventos, “a questão dos municípios de participação. □ Nós estamos aqui participando do CONDRAF, a partir desse ano agora, começamos agora, não participávamos antes, a CNM, temos uma área técnica da agricultura agora na CNM. Então, a gente vai se engajar em todo o processo de sensibilização dos prefeitos e a CNM sempre tem êxito naquilo, quando convoca os prefeitos e as federações estaduais e municípios, para um assunto, para um debate há participação massiva dos prefeitos. Acho que □ nós podemos fazer em conjunto essa convocação, com a CNM e as federações estaduais de municípios, em cada estado para que, como um evento junto do municipalismo e aí acho que podemos mobilizar um maior número de prefeitos e fazer com que haja esse entendimento melhor de todo o processo”. O Sr. Alexandre Contreras apresentou que estava de acordo com a proposta do Sr. Aldo e pediu para o Sr. João Luiz Guadagnin que colocasse a Bahia como ponto de partida nessas visitas, porque já tiveram 104 pedidos de cobertura do Garantia-Safra e até o momento não haviam sido atendidos. O Sr. João Luiz Guadagnin afirmou que o pedido será atendido e esclareceu que “O Garantia-Safra é um seguro de índice e nós levamos em conta uma média móvel que são os últimos dez anos da informação de produção daqueles produtos

abrangidos pelo programa, os cinco produtos do município que o IBGE dá, retirando dessa média a produtividade excepcional e a menor produtividade, os extremos, o maior e o menor, na verdade □ nós fizemos uma média de oito anos, mas dentro de dez”. O Sr. Alexandre Contreras alegou que a concepção e a filosofia do programa é bem passada na Bahia e que, agora, depois dessa reunião ele tem condições de dialogar e debater com as prefeituras. A Sra. Dione Freitas voltou ao tema do debate que era propor uma atividade no estado, dentro das limitações de decisão do comitê e do próprio MDA e achava interessante avançarem no sentido de ter o dia definido. Acrescentou que deveriam ter cuidado para não despencarem no operacional do Garantia-Safra, o que precisava ser discutido são as mudanças que pudessem ser mais significativas a curto, médio e longo prazo. O Sr. José Aldo Santos corroborou com a fala da Sra. Dione Freitas e falou um pouco sobre como seria feito o debate nos municípios. O Sr. José Arnaldo Brito percebeu pelas falas dos companheiros que existia a necessidade de terem um debate sobre mudança da lei que era o foco e sobre a operacionalidade do programa. Permanecia defendendo que as reuniões nos estados tivessem dois dias para ser um debate mais aprofundado. O Sr. João Luiz Guadagnin verificou a possibilidade de fazer os encaminhamentos por achar que já teriam condições de votar. O primeiro seria se fariam a reunião em um dia ou dois dias. O Sr. José Aldo Santos disse que o debate antecede primeiro se vai ser uma reunião ampliada ou se seria nos estados. O Sr. João Luiz Guadagnin respondeu que a ampliada já a priori estava aprovada e esclareceu que a proposta de um dia seria para discutir a lei e o outro dia seria para operacionalização. Apresentou outra hipótese de que o estado que entendesse que seria necessário dois dias programaria para dois dias e o estado que entendesse que um dia seria suficiente faria um dia, mas lembrando que esse dia seria para a mudança de lei. Colocou em votação primeiramente se a reunião estadual iria acontecer para posteriormente verificarem os critérios de quantos dias seriam de reunião. E se a reunião Nacional seria ampliada. O Sr. José Arnaldo Brito achava importante padronizar quantos dias seria de reunião para não comprometer o conteúdo a ser trabalhado e a metodologia. O Sr. José Aldo Santos falou sobre a ordem da reunião caso fosse dois dias e a necessidade da reunião ampliada após essa reunião nos estados. O Sr. João Luiz Guadagnin então colocou em

votação a proposta da reunião ser em dois dias ou apenas um dia pelas razões que já foram expostas. O resultado foi “por dez a três ficou aprovado que faremos reuniões de dois dias em todos os estados e que discutiremos a mudança da lei e a operacionalização do programa Garantia-Safra no estado”. Passou então para a questão do calendário. Após um curto debate definiram que a Sra. Dione Freitas iria para um Estado e o Sr. João Luiz Guadagnin para outro realizando as reuniões concomitantemente. Definiu que “Sergipe e Bahia está definido, os demais □ nós mandamos para vocês. Sergipe e Bahia está dado, 19 e 20, aliás, 18 e 19 e 20 e 21 Aracajú. E eu estarei nessas reuniões. Eventualmente nessa mesma semana, se algum estado se candidatar, a Dione pode estar junto também”. Com isso, decidiram que o Ceará seria nos dias 18 e 19 com a presença da Sra. Dione Freitas. O Sr. João Luiz Guadagnin disse também que “Nós não precisamos, necessariamente consensuar tudo. Por quê? Porque a decisão final e última vai ser aqui, em Brasília, depois, mas é importante que elas venham”. A Sra. Dione Freitas deu um informe sobre o processo de verificação de perda. Fez um balanço rápido sobre como estava a situação de comunicação de ocorrência de perda da safra 2010/2011 citando os estados e suas ocorrências que foram encaminhadas e analisadas com relação também aos laudos. Explicou também o que seria levado em conta no processo de reanálise das ocorrências que seria o laudo, a INMET e o levantamento sistemático da produção agrícola da safra atual para decidirem se o município iria receber ou não o Garantia-Safra. O Sr. José Aldo Santos disse que por conta do adiantado da hora eles não poderiam debater o levantamento feito pela Sra. Dione Freitas, porém pediu que fizessem um encaminhamento para que o Comitê fizesse um debate sobre o peso de cada índice de análise. Disse também que “ Talvez esse debate precisa estar mais qualificado e aprofundado no estado e eu não tenho dúvida de que esse vai ser o debate que vai aparecer na capacitação que a gente vai fazer, em todos os estados. Não tenho nenhuma dúvida. Nenhuma dúvida, ele vai estar lá, surgindo com todas as questões”. O Sr. João Luiz Guadagnin complementou a fala da Sra. Dione Freitas dizendo que as médias históricas mais elevadas ajudam os agricultores , porque ele tem prejuízo com mais facilidade. O Sr. Luís Carlos afirmou que estava muito satisfeito com o resultado do Ceará, porém citou que “o que me estranha assim, claro, talvez não vamos nos

aprofundar nesse debate, mas há uma disparidade, por exemplo, estados que têm as mesmas características, digamos, de clima, chuvosos e tal, a municipalidade muito grande em relação aos pedidos, a quantidade de pedidos e a quantidade de municípios aderidos e pedidos, quase a totalidade solicitando”. O Sr. João Luiz Guadagnin declarou que todos os dados seriam publicitados. Agradeceu pela reunião e pela presença de todos. Expôs que a reunião de fechamento das propostas dependeria do fechamento do calendário que seria feito nos estados. O Sr. Alexandre Contreras pediu a palavra para esclarecer e tirar a imagem da Bahia de que não amadurece a concepção do programa. O Sr. João Luiz Guadagnin disse que tudo seria enviado. Não havendo mais nada a ser tratado finalizou a reunião agradecendo a todos.